

Título: Comportamento político-eleitoral de  
jovens trabalhadores emergentes na cidade de  
São Paulo

Trabalho preparado para apresentação no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de maio de 2015.

Aluno: Caetano Patta

**Resumo:** Este trabalho visa apresentar um projeto de pesquisa que tem como tema o estudo do comportamento político e ideológico dos jovens da chamada “nova classe média”, caracterizada pela condição de formalidade no emprego, salários baixos e escolaridade relativamente alta. O Brasil tem experimentado, nas últimas décadas, uma mudança em sua estrutura de classes, que se expressa na ascensão social de milhões de pessoas. Muitas adentraram no mercado de trabalho e no mundo do consumo pela primeira vez, o que tem levado a se apontar a emergência de uma “nova classe média”. Ganhou força o discurso segundo o qual o Brasil teria se transformado em um “país de classe média”, visto que mais da metade da população estaria situada na chamada “classe C”. No entanto, as interpretações para tal fenômeno são diversas. Indo além dos critérios estatísticos, discute-se as condições específicas de vida deste setor emergente, os significados e sentidos da ascensão social, bem como suas eventuais consequências políticas. Os importantes acontecimentos de junho de 2013 contaram com o envolvimento destes jovens, que também ganharam centralidade nas disputas eleitorais.

## Introdução

Mais de 50% da população brasileira está situada na chamada “classe C”. Há uma grande parcela de jovens trabalhadores com carteira assinada e escolaridade relativamente alta que compõe essa faixa. Este grupo formou uma parcela considerável dos acontecimentos de junho de 2013. Além disso, as eleições de 2014 contaram com participação recorde dos mais jovens: 32% de eleitores, onde 55% são jovens de famílias da “classe C”. Este jovem é mais escolarizado e mais conectado que os pais e contribui com parcela expressiva da renda familiar, o que lhe atribui importante papel na formação de opinião. O grupo enfocado desempenha papel central nas questões referentes ao atual cenário eleitoral brasileiro.

Os jovens trabalhadores “escriturários”, “trabalhadores de serviços” e “vendedores e prestadores de serviços no comércio” apresentam, preponderantemente, características típicas da juventude da “nova classe média”, relativas à escolaridade, renda familiar, condição de emprego e salário. O monitoramento do comportamento político e eleitoral desse grupo na cidade de São Paulo, por meio da realização de entrevistas em profundidade alternando períodos eleitorais e não-eleitorais, parece-nos válido do ponto de vista da compreensão das mudanças no cenário político e eleitoral brasileiro.

Ainda é reduzido o número de estudos qualitativos sobre o comportamento político dos jovens trabalhadores emergentes. Estudos importantes trataram do realinhamento eleitoral ocorrido em 2006, com foco nas faixas inferiores de renda e nos estratos da chamada classe média tradicional. Outros têm priorizado a relação entre o comportamento político e questões transversais características na sociabilidade desta fração de classe de que estamos tratando, como violência, moradia e religião. Esta proposta visa contribuir, ainda que de forma modesta, com o campo de estudo dando destaque para a relação entre a condição estrutural de trabalho que caracteriza a vida de

um grande contingente de jovens emergentes no Brasil e sua experiência política recente, que pode ser apontada, no mínimo, como elemento relevante na definição dos últimos pleitos eleitorais e para os índices de confiança nas instituições.

### **Nova classe média ou “novo proletariado”?**

Com base em valores mensais da renda domiciliar total e renda per capita, o economista Marcelo Néri (2008), estratifica a sociedade brasileira entre as classes A, B, C, D e E<sup>1</sup>. Neri apontava um aumento de 22% na chamada “classe C”, entre abril de 2004 e abril de 2008, o que seria a “nova classe média”. O peso da classe C na sociedade brasileira subiu de 43,64%, em 2002, para mais da metade (51,57%), em 2008. Desta forma, o Brasil teria passado a ser um “país de classe média”, referência adotada por empresas, pela imprensa e, inclusive, pelo Governo Federal. A respeito da metodologia utilizada, Neri afirma que “A nossa classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média no sentido estatístico” (NERI, 2008).

Waldir Quadros (2008), sustenta que as classes A e B, definidas por Néri, corresponderiam a uma classe média tradicional, caracterizada pelo acesso a um conjunto determinado de itens e serviços<sup>2</sup>, diferindo, portanto, da classe C, que não teria acesso a estes mesmos itens e serviços. Considerando o nível de renda e a precariedade das redes públicas de serviços, a “classe C” estaria localizada acima dos pobres, mas abaixo da classe média tradicional, não podendo ser confundida com nenhuma das duas.

---

<sup>1</sup> Em valores para o ano de 2008, participavam da classe E, as pessoas cuja renda familiar ia até 768 reais e cuja renda per capita atingia o máximo de 135 reais; da classe D, aquelas para as quais a renda domiciliar variava de 768 reais a 1.064 reais, e a renda per capita de 135 a 214 reais; na classe C estariam as pessoas que apresentavam renda domiciliar de 1.064 a 4.591 reais e per capita de 214 a 923 reais; e, por fim, nas classes A e B estariam, em conjunto, as pessoas cuja renda domiciliar superava os 4.591 reais e renda per capita os 923 reais.

<sup>2</sup> “(...) educação de qualidade; cursos de idiomas; viagens internacionais. Convênios médicos abrangentes; moradias diferenciadas; alguma das diversas modalidades de segurança pessoal; serviços pessoais especializados, tais como, psicólogos, dentistas, fisioterapeutas, nutricionistas, e etc”.

Souza e Lamounier (2010) também diferenciam a classe média tradicional da nova classe média. Identificam um processo de mobilidade estrutural de toda uma camada, em decorrência de processos econômicos intensos<sup>3</sup>, a partir dos quais amplos setores aumentaram seu poder de compra, adquirindo símbolos típicos das classes médias. A classe média tradicional almejaria reproduzir o status familiar, enquanto os emergentes buscariam na qualificação e no empreendedorismo os meios para seguir ascendendo, sustentando um consumo que se dá via crédito e evitando o endividamento.

De acordo com Singer (2012), aqueles que superaram a linha monetária da pobreza não teriam necessariamente alcançado um nível de qualidade de vida verdadeiramente satisfatório<sup>4</sup>. Por outro lado, não seria adequado ignorar a ascensão de 20 milhões de pessoas que, acima da linha da pobreza monetária, passaram a dispor de recursos suficientes para assegurar, ao menos, a alimentação. Entre 2003 e 2008 o grupo abaixo da linha da pobreza no Brasil reduziu-se de 36% para 23% da população<sup>5</sup>.

Na fase iniciada em 2004, houve crescimento da renda per capita (3,3% em média), do índice de situação geral do trabalho (5,5% em média) e da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (14,8%). O grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda reduziu-se 10,7%. Desde 2003, o valor do salário mínimo teve crescimento real de 72,31%, beneficiando diretamente cerca de 48 milhões de pessoas que têm sua renda vinculada ao valor do piso nacional<sup>6</sup>. Estas informações expressam o papel central do trabalho na redução da pobreza e da desigualdade (POCHMANN, 2013). No entanto, é

---

<sup>3</sup> Refere-se a abertura das economias, uma fase de vigoroso crescimento da economia mundial, o controle da inflação, expansão do crédito, ampliação do mercado de trabalho e da renda.

<sup>4</sup> Segundo Amartya Sen, a pobreza seria “privação de capacidades básicas” e não poderia ser “jamais medida apenas com estatísticas de insuficiência de renda”. Desta perspectiva, o economista José Eli da Veiga chama atenção para o fato de mais da metade da população brasileira não usufruir de saneamento básico, o representaria incontornável contestação à ideia de “superação da pobreza”.

<sup>5</sup> De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, restavam cerca de 15,7 milhões de pessoas vivendo na pobreza no Brasil, dos quais 6,53 milhões continuam abaixo da linha de pobreza. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea>.

<sup>6</sup> De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). [http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio\\_global\\_salarios\\_2012\\_2013.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio_global_salarios_2012_2013.pdf)

importante ressaltar que o ritmo da redução da desigualdade é bastante mais modesto do que aquele referente à redução da pobreza<sup>7</sup>.

É possível falar em uma verdadeira “nova classe média emergente”, que seria uma parcela muito pequena dentro da “classe C”<sup>8</sup> (SINGER, 2013). Mas a fração majoritária desta faixa de renda apresenta condições de trabalho, renda e padrões de vida muito distantes dos da classe média tradicional, de modo que seria inadequado caracterizá-las como “nova classe média”. Singer propõe, então, que estaríamos diante de um “novo proletariado”. Observa-se que o setor terciário tem gerado mais empregos, representando 57,6% na composição setorial da ocupação no ano de 2008; e que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo (POCHMANN, 2013). Quadros (2010) enumera uma série de ocupações que seriam características do grupo emergente, como auxiliares de escritório, balconistas e recepcionistas, por exemplo.

Venturi (2013) aplica esquema de classificação<sup>9</sup> desenvolvido para medir mobilidade intergeracional de classe a dados do survey “Estratos sociais emergentes e cultura política”, realizado pela Fundação Perseu Abramo. A autopercepção, nos estratos médios, aponta que 76% identificam-se como classe trabalhadora.

Este “novo proletariado” reafirma a característica histórica de que o proletariado ocupa um lugar intermediário no Brasil, tendo abaixo de si uma fração subproletária<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Enquanto a taxa de redução da pobreza absoluta, medida pelo Ipea, teve uma redução de 36% entre 2003 e 2008, o índice de Gini reduziu-se de 0,58 para 0,55, numa queda de apenas 5% no mesmo período. Ipea, “Pobreza, desigualdade e políticas públicas”, Comunicado da presidência, n.38, jan. 2010, p.7.

<sup>8</sup> “Um grupo relativamente pequeno que deu um salto maior e que está, de fato, se aproximando da faixa B, com acesso a planos de saúde privados e escolas particulares, por exemplo”

<sup>9</sup> O esquema, utilizado pelos ingleses Erikson, Goldthorpe e Portocarero em estudo de inspiração weberiana, agrupa os ocupados em seis categorias, sendo três consideradas componentes de classes médias (administradores e profissionais liberais; trabalhadores não manuais de rotina e pequenos proprietários) e três de classes trabalhadoras (trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais urbanos semi ou pouco qualificados e trabalhadores rurais).

<sup>10</sup> O *subproletariado* é uma fração de classe, definida por Paul Singer, em *Dominação e Desigualdade*, como aqueles que “oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estariam nessa categoria “empregadas domésticas, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes”.

que persiste, embora tenha diminuído<sup>11</sup> (SINGER, 2013). Trata-se de um grupo que está transitando à condição proletária, impropriamente tomado como classe média. Destaca-se um componente de precariedade na formalização do emprego. Os setores dinâmicos do atual modelo econômico teriam trocado “ganhos de produtividade por intensificação no ritmo de trabalho e extensão da jornada pela flexibilização” (BRAGA, 2012).

Para Jessé Souza (2012), o privilégio da classe média tradicional ao longo das gerações estaria ligado a apropriação privilegiada de capital cultural, altamente valorizado na sociedade. Educação de pior qualidade e longas jornadas de trabalho precário manteriam a nova classe trabalhadora afastada do recurso típico das “classes do privilégio”, ou seja, o “tempo” para incorporação de capitais culturais altamente valorizados e concorridos.

### **As classes e o voto**

Segundo Balbachevsky e Holzhacker (2007), na eleição de Lula, em 2002, não foram verificadas grandes diferenças no interior das classes<sup>12</sup> em favor de determinado candidato. Em 2006, no entanto, a renda esteve correlacionada ao voto. Quanto mais baixa a renda, mais forte era o voto em Lula<sup>13</sup>. A opção desses eleitores provavelmente estaria associada à ascensão dos mais pobres a partir de 2004, identificadas às políticas do governo Lula.

---

<sup>11</sup> Singer levanta, em artigo recente três elementos que apontam na direção da permanência do subproletariado: “em 2013, cerca de 25% da população precisava de maneira imperiosa do Bolsa Família; em 2012, 38% da PEA tinha renda compatível com a condição subproletária, usando critério aproximado ao dos anos 1970; em 2009, ao menos 20% trabalhavam sem carteira assinada, acompanhados de 21% de trabalhadores por conta própria e 8% de trabalhadores domésticos”

<sup>12</sup> Na elaboração de sua classificação, as autoras levaram em conta a renda, a escolaridade e a posse de computador e TV a cabo.

<sup>13</sup> Em 2002, 46,9% dos eleitores das classes mais altas votaram em Lula, número que caiu para 38,1%, em 2006. Em relação à “classe baixa”, a opção pelo candidato do PT passou de 52,9% em 2002 para 77% em 2006. Já o voto da faixa intermediária apresentou ligeiro crescimento de 3,7% de 2002 para 2006

Em 2010, Dilma Rousseff repetiu os resultados de Lula referentes a 2006, de acordo com as pesquisas da época<sup>14</sup>, obtendo desempenho majoritário entre as famílias que ganham até dois salários mínimos. Quanto maior a renda, maior foi a tendência de voto na oposição. No primeiro turno, a faixa de dois a cinco salários deu mais votos à soma da oposição, mas no segundo turno a vantagem foi de Dilma, por uma pequena margem. Estando a maior parcela do eleitorado situada nas faixas de até cinco salários, a estas se deveu a vitória do PT em 2010. Dilma repetiu os resultados de Lula também no tocante à disposição regional, com destaque para o Nordeste. Solidificou-se em 2010 uma polarização ao mesmo tempo social e regional (SINGER, 2012).

Segundo Hunter e Power (2007), aqueles que foram beneficiados pelas políticas de distribuição de renda, aumento do emprego e do salário mínimo teriam votado majoritariamente em Lula. O comportamento do eleitorado em 2006 seria um exemplo do “pocket voting”, isto é, resultado direto da melhora de sua situação econômica.

Dentre as principais vertentes que embasam os estudos sobre o comportamento eleitoral, a que considera a situação econômica como principal preditora do voto é a teoria da escolha racional. Nela, há uma analogia entre eleições e mercado. A teoria da escolha racional utiliza como referência de análise o individualismo metodológico e parte do princípio de que os indivíduos são racionais e objetivam sempre maximizar seus ganhos, inclusive na participação política. A ideologia do partido político é um instrumento que reduz custos da decisão do eleitor, oferecendo-lhe um conjunto sintético de informações.

A abordagem psicológica, outra vertente fundamental dos estudos do comportamento eleitoral, considera que a grande maioria dos eleitores têm sistemas de ideias incoerentes, desestruturados e ilógicos. A identificação com candidatos e partidos

---

<sup>14</sup> Fonte: Datafolha, em <[www.datafolha.com.br](http://www.datafolha.com.br)>. Pesquisa com amostra nacional de 6554 eleitores realizada entre 29 e 30 de outubro de 2010.



possui assim um caráter mais afetivo que racional. Uma pequena parcela mais intelectualizada da população apresentaria um sistema de crenças de tipo ideológico, no qual as ideias-elemento possuem relação lógica entre si e estão subordinadas a princípios abstratos. No Brasil, Fábio Wanderley Reis (2000) formulou a “síndrome do flamengo”<sup>15</sup> para explicar a ascensão do MDB nos anos 1970, proposta que foi posteriormente ampliada como visão estrutural da política brasileira. Yan de Souza Carreirão (2007), observando a adesão a Lula e a diminuição da identificação com a esquerda entre os eleitores em 2006, considera que o voto no petista não expressaria nada de substantivo, apenas uma imagem difusa de “candidato dos pobres”. O lulismo seria, inclusive, despolitizante e desideologizante.

Uma terceira corrente de interpretação, a escola sociológica, atribui centralidade à ideologia na explicação do comportamento eleitoral. Além disso, a inserção social dos indivíduos possui um papel relevante em sua conduta política. Considera a classe social, as relações sociais e as experiências de vida para compreender a opção política por candidatos de esquerda ou de direita ou outras clivagens que possam organizar a disputa política. Afasta-se, desta forma, do enfoque individualista. A ideologia funcionaria como uma linguagem comum entre partidos e os eleitores. O eleitor escolheria o partido de acordo com os interesses sociais amplos que este representa (SINGER, 2000).

Singer (2012) argumenta que, somado à motivação econômica, haveria um componente ideológico no voto em Lula e Dilma por parte dos mais pobres. Sugere a emergência de uma nova projeção ideológica, que teria se assentado sobre os ganhos materiais de um imenso contingente que passava a ser integrado à economia, o subproletariado. Ao combinar profundas mudanças sociais com manutenção da ordem, o

---

<sup>15</sup> O MDB dos anos 1970 era o “partido do povo”, assim como o Flamengo era o “time do povo”. No entanto, o voto no MDB não compreendia necessariamente rejeição ao governo militar, o que comprovaria sua baixa estruturação e conteúdo.

lulismo oferecia ao subproletariado um “completo programa de classe”, ligando uma fração de classe a uma liderança popular. A desconexão entre as bases do lulismo e do petismo em 2006, apontadas por Hunter e Power<sup>16</sup> teria sido temporária. Posteriormente, lulismo e PT convergem, intensificando uma mudança no partido, no sentido de forte moderação. Com base partidária sólida, o lulismo afasta-se do risco populista.

O “conservadorismo popular”, entendido como rejeição dos mais pobres ao conflito social e à instabilidade econômica, marca as preferências ideológicas no Brasil (SINGER, 2000). O que teria se manifestado de 1989 a 2002, com os eleitores de mais baixa renda optando pelos candidatos conservadores, contra a esquerda. A esquerda nunca havia sido capaz de dar direção ao sub-proletariado. Estabelecida a ligação entre o lulismo e os mais pobres, sobre as bases da defesa da ordem, restou aos setores políticos conservadores o apelo à classe média tradicional (SINGER, 2012).

Este seria o quadro de uma despolarização seguida de repolarização, em que a oposição entre direita e esquerda dá lugar à polarização entre pobres e ricos, protagonizada por PT e PSDB<sup>17</sup>. Lula e o PT não seriam, portanto, nem apenas a opção racional com vistas a benefícios econômicos do setor correspondente às faixas de baixo da sociedade brasileira, nem apenas um candidato “dos pobres”, desprovido de conteúdo. O lulismo envolveria um projeto político e ideologia, ligando uma fração de classe a uma liderança e a um partido. A vitória de 2010 teria reforçado a ideia de longa duração deste “projeto político de reduzir a pobreza sem contestar a ordem”, o lulismo.

A partir do realinhamento eleitoral ocorrido em 2006 surgem variadas interpretações para o comportamento dos mais pobres e dos mais ricos. No entanto, o

---

16 Hunter e Power identificam um descompasso entre Lula e o PT, na eleição de 2006. Enquanto Lula avançava de modo inédito sobre os “grotões” do Nordeste e do Norte, em 2006, o PT continuava preso às zonas industriais e urbanizadas do Sul e do Sudeste.

17 O autor sugere ainda a retomada de uma “gramática ideológica dos anos 50”, dentro da qual se verificaria a oposição entre um Estado popular e elites anti-povo, que tomariam o centro da política, ofuscando a luta de classes

comportamento político do grupo situado na faixa de rendimento familiar mensal que vai de dois a cinco salários mínimos segue sendo uma incógnita. Esta faixa corresponde em grande parte ao grupo emergente que teria ingressado na “classe C”. Nos últimos dois anos, ao menos uma parte considerável dele tem protagonizado processos que desafiam os arranjos políticos brasileiros. São os casos dos acontecimentos de junho de 2013 e da disputa presidencial de 2014, ainda em curso, sobre os quais trataremos mais adiante.

### **As identidades ideológicas dos emergentes**

Venturi (2013) desenvolve duas hipóteses para o comportamento político desse grupo. Na primeira, a ascensão material poderia desdobrar-se em mudança de capital simbólico. Percebendo-se como trabalhadores, os emergentes tenderiam a se organizar coletivamente por novos direitos. Na segunda, o acesso ao consumo seria intrinsecamente insuficiente para promover uma transformação no plano de valores e os emergentes assumiriam a ideologia da distinção que caracteriza a classe média tradicional.

Singer (2013) destaca que ainda está posta uma agenda materialista para os trabalhadores de baixa renda, e que tanto esquerda quanto direita teriam respostas para ela: mais Estado, ou mais mercado, respectivamente. Um novo centro pós-materialista, voltado a questões como “maior participação”, tem baixa rejeição, mas “fora do conflito distributivo só interessa a quem já está com seus problemas materiais resolvidos”. A classe média tradicional se movimenta majoritariamente entre centro e direita. Embora em situação de vida diferente, os jovens de camadas populares podem identificar-se com o “lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vêm”<sup>18</sup>. Soma-se ao quadro, o fato do “novo proletariado” ter nascido em um ambiente cultural marcado pela

---

<sup>18</sup> Explica o autor que “quando não existem fortes subculturas de classe em ação, os indivíduos podem desenvolver identificação com o lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vêm”

expansão da teologia da prosperidade e pela longa hegemonia neoliberal<sup>19</sup>. Ainda, teria surgido em ambiente ideológico no qual direita e esquerda perdem espaço para a disputa entre “pobres” e “ricos”, ocultando a luta de classes.

Amaury Souza e Bolivar Lamounier (2010), por um lado, e Jessé Souza (2012), por outro, apesar do diálogo crítico, chegam a conclusões semelhantes. A perspectiva política dos emergentes estaria mais ligada ao empreendedorismo/individualismo – com potencial de identificar-se à visão de mundo da classe média tradicional –, do que à ação coletiva reivindicatória, voltada à reformas. A primeira análise tem foco na busca pela sustentabilidade do consumo pela via individual, enquanto na segunda o foco recai sobre a característica do trabalho, isto é, na “ilusão do empreendedorismo de si mesmo”.

Segundo Braga (2012), a precariedade levaria estes jovens a recorrer aos sindicatos, caracterizados pelo consentimento ativo à “hegemonia lulista”<sup>20</sup>. No entanto, as contrapartidas da “cidadania salarial pós fordista”, como o crédito consignado, seriam insuficientes. A associação entre ampliação do consumo e lulismo garantiria, por parte do “precariado”, uma frágil adesão a esse projeto, que não apagaria “o potencial de negação do regime de acumulação pós-fordista, o classismo prático, capaz de golpear o atual modelo de desenvolvimento dirigido pela burocracia lulista”.

### **Manifestações e eleições: o comportamento político do jovem da “classe C”**

Os acontecimentos de junho de 2013 foram compostos majoritariamente por jovens (80%) com elevada escolaridade<sup>21</sup>. Historicamente, a escolaridade acompanha a

---

<sup>19</sup> No primeiro caso, as igrejas pentecostais e neopentecostais fortalecem uma visão de mundo que propõe foco no esforço individual, visando sucesso e ascensão social. Já a hegemonia neoliberal traz como um de seus resultados a adoração das marcas que vem encontrando apelo entre a juventude das periferias das metrópoles brasileiras.

<sup>20</sup> De acordo com Braga, as lideranças sindicais estariam “acomodadas ao aparelho de Estado e aos fundos de pensão das empresas estatais”, configurando o consentimento ativo frente à “hegemonia lulista”.

<sup>21</sup> Quanto à escolaridade, somando-se aqueles com ensino superior completo e os que o estavam cursando, alcançamos uma cifra de 80%, para o caso de São Paulo, e para Belo Horizonte, 70%. Ainda em relação à escolaridade, a pesquisa do Ibope para as oito capitais que vivenciaram grandes mobilizações registrou 92% dos presentes com ensino médio completo

renda no Brasil, o que poderia sugerir protestos da camada superior. Porém, cerca de 50% dos manifestantes pertenciam a famílias situadas até cinco salários mínimos e 76% recentemente empregados. Estes se enquadrariam na “baixa classe média” proposta por Quadros, correspondente ao “novo proletariado” (SINGER 2013). A alta escolaridade se explica pelo “processo relativamente acentuado de escolarização ao longa da última década e meia” (VENTURI, 2010). Assim, os protestos teriam sido heterogêneos socialmente e uma parte seria formada por jovens de escolaridade mais alta que a renda<sup>22</sup>.

Braga (2013) considera que as greves no telemarketing anteciparam os acontecimentos de junho. O subproletariado e os setores organizados da classe trabalhadora, ambos com melhores ganhos relativos, estariam satisfeitos sob o lulismo. Do outro lado, estaria o “precariado”, integrado via precarização. Esta insatisfação estaria exposta na prioridade dada pelos manifestantes aos serviços públicos<sup>23</sup>. Sua sugestão é que os acontecimentos de junho de 2013 seriam um “autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade”.

Com números diferentes<sup>24</sup> daqueles levantados por Braga, Singer (2013) destaca a heterogeneidade também do ponto de vista ideológico nos protestos. Os dados seriam insuficientes para se chegar a conclusões a respeito da conduta política destes jovens com escolaridade mais alta que a renda. Estes poderiam identificar-se com a esquerda, com o centro pós-materialista ou com a direita<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> Pelo menos escolaridade média completa e, em boa parte das vezes, universitária, com salário médio abaixo de 1,5 salário mínimo

<sup>23</sup> Segundo Braga, os problemas mais citados pelos manifestantes, de acordo com o Ibope, eram: saúde (78%), segurança pública (55%) e educação (52%). Ainda, a melhoria do transporte público foi mencionada por 77% como a principal razão dos protestos.

<sup>24</sup> De acordo com Singer, as principais reivindicações espontaneamente levantadas pelos manifestantes na noite do dia 20 de junho de 2013 foram: a mudança do ambiente político, “tendo sido mencionada por 65% dos presentes, com 50% fazendo referência especificamente à corrupção”, a questão dos transportes (54%); e os gastos com a Copa (40%).

<sup>25</sup> No auge das manifestações, uma parcela considerável (mas não majoritária) se identificava como “esquerda” (22%); uma parcela reduzida (10%) assumia-se como “direita”; e o centro era majoritário com 30% das identificações, no mínimo, e 66% no máximo, se consideradas “centro-esquerda” e “centro-direita”.

Para Marcos Nobre (2013), as “revoltas de junho” expressam uma “crise de representação”, o choque de uma sociedade democrática com um sistema político “blindado”, o “peemedebismo”<sup>26</sup>. Estaríamos diante de um movimento descentralizado organizado “pela própria sociedade”. A grande mídia teria perdido o monopólio da formação de opinião, de modo que as revoltas seriam marcadas pelo crescimento da internet no país e pela popularização das redes sociais. A questão dos transportes e demais serviços teria servido apenas como “detonador”, sendo a revolta, efetivamente, contra todo o sistema e por mais participação.

As pesquisas de intenção de voto para presidente em 2014 indicaram um afastamento do eleitorado situado na faixa de 2 a 5 salários mínimos mensais e daquele mais jovem (16 a 24 anos) da candidatura petista<sup>27</sup> num primeiro momento, o que difere do comportamento desses grupos nas eleições de 2006 e 2010. Este traço pode ser identificado tanto na votação do primeiro turno, quanto nas intenções de voto medidas durante as semanas que precederam o segundo turno. Na reta final da disputa, no entanto, verificou-se um retorno de parte das parcelas desgarradas à candidatura petista. O pleito de 2014 foi apontado como o mais disputado desde a de 1989 e chegou a colocar em questão a polarização PT-PSDB. Verificou-se a maior parcela histórica de eleitores entre 18 e 30 anos: 42 milhões de pessoas. 23 milhões fazem parte da chamada “classe média”. O fato de serem mais escolarizados e conectados que os pais, além de terem participação

---

<sup>26</sup> O “peemedebismo” seria uma “tecnologia política” construída ao longo do período da redemocratização (1979 a 2013, na cronologia de Nobre) em que deixa de existir situação e oposição na prática, anulando qualquer debate real entre interesses e ideias no interior do sistema político, restrito a uma “supermaioria desforme” e blindado contra a sociedade.

<sup>27</sup> A referência são as pesquisas de intenção de voto realizadas pelos institutos Ibope e Datafolha, desde que Marina Silva (PSB) entrou na disputa. <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/pesquisas-eleitorais/brasil/1-turno/>>. Entre a faixa de renda familiar de 2 a 5 salários mínimos mensais e a dos jovens de 16 a 24 anos, a candidata Dilma Rousseff (PT) é derrotada pela soma da oposição (1º turno) ou por Marina Silva (2º turno) em todas as sondagens. Em 2006 e 2010, ambos os grupos concederam uma pequena margem de votos a mais ao PT.

considerável na renda doméstica, daria a estes jovens o papel de “formadores de opinião da classe média”<sup>28</sup>.

Para Timothy Power<sup>29</sup>, “o PT criou a ‘classe C’, mas agora ela quer mais serviços e menos impostos, tornando-se mais parecido com a ‘velha classe média’”. A análise de Rui Braga (2014) vai no sentido oposto: Marina representaria, para esses jovens, a “pulsão plebeia” das “lutas sociais”, o desejo pela “efetivação e ampliação dos direitos da cidadania”. Singer (2014) chama atenção para a ocorrência de uma “fratura popular”. Entre beneficiários de programas sociais fiéis ao lulismo (PT) e novos empreendedores que já teriam feito a opção pelo liberalismo (PSB/PSDB), os jovens assalariados do setor de serviços com elevada escolaridade definirão a eleição decidindo entre “o que o Estado já lhes proporcionou e o que o mercado promete lhes proporcionar”.

A partir destas observações, consideramos propício investigar o comportamento político desse jovem trabalhador, caracterizado por escolaridade relativamente alta e presença no mundo do trabalho e do consumo, ainda que em situação ambígua, combinando oportunidade com precariedade. Entre os jovens de 16 a 29 anos, 74% está na PEA, sendo que 22% conciliam estudo e trabalho ou procura por trabalho (SNJ, 2013). Os estabelecimentos em setores de alta rotatividade tendem a empregar uma parcela maior de jovens, o que faz com que esta seja característica importante da experiência deste grupo (CORSEUIL, 2013). Grande parte dos jovens trabalham no setor de serviços e no comércio<sup>30</sup>. As três principais ocupações para os jovens que trabalham e estudam são “escriturários”<sup>31</sup> (15,9%), “trabalhadores de serviços” (14,8%) e “vendedores e

---

<sup>28</sup> “A política brasileira é analógica e os jovens são digitais”. Em: <<http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/a-politica-brasileira-e-analogica-e-os-jovens-eleitores-sao-digitais/>>. Acesso em 12 setembro 2014.

<sup>29</sup> “Apoio dos mais pobres deixa de ser decisivo na eleição”. Em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1508568-apoio-dos-mais-pobres-deixa-de-ser-decisivo-na-eleicao-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em 12 setembro 2014.

<sup>30</sup> A distribuição aproximada dos empregos formais por setor de atividade econômica, para jovens de 16 a 29 anos, indica para 21,2% na indústria, 27,4% no comércio e 33,3% no setor de serviços, para todo o país. Para o Sudeste, temos 20,4%, 27,3% e 38,2%, respectivamente.

<sup>31</sup> De acordo com a Pesquisa de Emprego Bancário (PEB), 72,57% dos admitidos no ano de 2010 tinham idade até 29 anos. O maior saldo de empregos é para a ocupação de Escriturário, ocupação de início de carreira dos bancários. Além dessa ocupação, apresentam

prestadores de serviços no comércio”<sup>32</sup> (12,9%). Dentre aqueles que possuem ensino médio completo, 49,9% recebem de um a dois salários mínimos mensais; o mesmo acontece para ensino superior incompleto (44,6%) (DIEESE, 2011).

### **Buscando dados e hipóteses**

A proposta é realizar uma pesquisa de tipo qualitativa, por meio de entrevistas baseadas em um questionário semi-estruturado aplicado a jovens empregados nas funções acima destacadas na cidade de São Paulo, respeitados os demais critérios de renda familiar e escolaridade. Buscaremos assim captar os interesses, sentimentos e opiniões políticas, além de mapear características sociodemográficas e histórias de vida que estejam relacionadas aos acontecimentos de junho de 2013<sup>33</sup> e outros protestos e que tenham se expressado por meio do voto na eleição presidencial de 2014, bem como nas eleições municipais da cidade de São Paulo em 2016.

As entrevistas deverão ser repetidas, compondo duas fases em períodos distintos, de modo que a segunda fase seja realizada em momento próximo às eleições municipais de 2016. Assim, procuraremos observar o comportamento em relação à política tanto em um período mais distante das eleições, quanto no momento de decisão do voto durante o processo eleitoral. Todos os entrevistados devem ser moradores e eleitores no município de São Paulo. Deverão enquadrar-se nas características anteriormente destacadas referentes a ocupação, faixa salarial, escolaridade e renda familiar. As entrevistas deverão

---

saldo positivo: agentes, assistentes e auxiliares administrativos e operadores de telemarketing. A similaridade entre as três ocupações é que a remuneração média dos admitidos é inferior a R\$ 1.500.

<sup>32</sup> O Boletim Trabalho no Comércio, do DIEESE (ano I – nº3 – maio de 2009) aponta o comércio como porta de entrada para o mercado de trabalho. Em 2008, mais de 25% dos ocupados no setor do comércio eram jovens. Destaca também a precariedade do trabalho e os baixos salários. Para 50% das famílias de jovens comerciários, em 2008, o salário do filho correspondia a pelo menos 40% da renda familiar.

<sup>33</sup> É importante constar que não procuro, através desse recorte, construir uma interpretação sobre as manifestações de Junho de 2013, mas explorar as opiniões dessa faixa etária e de renda, especificamente.



ser realizadas individualmente, de preferência na casa do próprio entrevistado, gravadas e posteriormente transcritas.

Para nortear esta pesquisa, trabalharemos com um conjunto de hipóteses preliminares no seguinte sentido: a) que as condições e a expectativa em relação ao trabalho, portanto, relacionadas à condição de classe trabalhadora, são fatores centrais na definição do comportamento político adotado por estes jovens; b) que elementos chave na caracterização do chamado lulismo, como o “conservadorismo popular” e a polarização “pobres X ricos”, ainda que sigam sendo explicativos do comportamento político do “sub-proletariado”, não explicam e nem referenciam fundamentalmente o comportamento político dos jovens trabalhadores emergentes, pertencentes ao chamado “novo proletariado”.

A relevância de investigar esta possibilidade reside na profunda alteração pela qual passou a sociedade brasileira, que deixou de ser majoritariamente composta por uma fração sub-proletária, assumindo como componente majoritário a condição de emprego, promovendo uma alteração, enfim, qualitativa no eleitorado. Em outras palavras, podemos sugerir – como aposta explicativa a ser confrontada com novos dados quantitativos a serem incorporados na pesquisa e com o trabalho de campo a ser realizado – que existe uma motivação material no comportamento desta parcela da população, frente a qual a polarização política e ideológica constituída no último período perdeu capacidade de fornecer respostas e identidades. Estas possibilidades dialogam com a bibliografia disponível e com as questões levantadas e ainda em aberto a respeito do tema abordado.

#### **4. Referências Bibliográficas**

BALBACHEVSKY, E; HOLZHAKER, D. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 a 2006. *Opinião pública, Campinas*, vol. 13, n.2, novembro, 2007, p.283-306.

BRAGA, R. Deafiando a Hegemonia. Em:

<<http://blogdaboitempo.com.br/2014/09/08/desafiando-a-hegemonia/>>. Acesso em: 10 setembro 2014.

BRAGA, R. Sob a sobra do precariado, in MARICATO, E (org.). Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. p. 79 – 82.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARREIRÃO, Y.S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. Opinião Pública, vol. 13, n.2, nov. 2007.

CORSEUIL, C. H. de et al. A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. Mercado de trabalho: Conjuntura e análise/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. v.1, n. 55, p. 21-29, Brasília IPEA/MTE. Ago. 2013.

HUNTER, W.; POWER, T. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006. Latin American Politics and Society, vol. 49, n.1, 2007.

NERI, M. A nova classe média. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Políticas Sociais, 2008.

NOBRE, M. Choque de Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, M. Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI, in SADER, E. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 145 - 156.

QUADROS, W. “A evolução recente da estrutura social brasileira” texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n 148, nov. 2008.

QUADROS, W. Brasil: um país de classe média?. Em:  
<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=803>>. Acessado em 18 setembro 2014.

REIS, F. W. Mercado e Utopia: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, A. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, A. Fratura Popular. Em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2014/09/1511904-fratura-popular.shtml>>. Acesso em: 11 setembro 2014.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Quatro notas sobras as classes sociais nos dez anos do lulismo, in Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (orgs.). Classes? Que classes?. São Paulo: FPA, 2013. P 21 – 38.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. A classe média brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VENTURI, G. de et al. Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora, in Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (orgs.). Classes? Que classes?. São Paulo: FPA, 2013. P 39 – 51.

VENTURI, G. PT 30 anos: Crescimento e Mudanças na preferência Partidária. Impacto nas Eleições de 2010. In Revista Perseu, n.5, Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2010.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: Juventude. São Paulo, 2011.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim Trabalho no Comércio: O jovem comerciário: Trabalho e Estudo. São Paulo, 2009. Ano 1, n.3.

DIEESE; CONTRAF – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. Pesquisa de Emprego Bancário: 8ª ed. São Paulo, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego – Região Metropolitana de São Paulo: julho de 2014. São Paulo, 2014.

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude. Agenda Juventude Brasil: Pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: SNJ, 2013.

Outras fontes:

“Apoyo dos mais pobres deixa de ser decisivo na eleição”.

Em<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1508568-apoio-dos-mais-pobres-deixa-de-ser-decisivo-na-eleicao-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em 12 setembro 2014.

“O que os jovens pensam sobre a política”. Em:

<[http://www.istoe.com.br/reportagens/380009\\_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA](http://www.istoe.com.br/reportagens/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA)>. Acessado em 12 setembro 2014

“A política brasileira é analógica e os jovens são digitais”. Em:

<<http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/a-politica-brasileira-e-analogica-e-os-jovens-eleitores-sao-digitais/>>. Acesso em 12 setembro 2014.